

LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

Gáudia Maria Costa Leite Pereira (1); Xenusa Pereira Nunes (1); Victor Pereira de Oliveira (2).

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), gaudiacosta@gmail.com;

¹Prefeitura Municipal de Casa Nova - BA, xenusa.nunes@gmail.com;

²Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), victorpo55@hotmail.com.

Resumo

O Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atua no Agreste Meridional de Pernambuco prestando assessoria a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM (Território de Cidadania). São atendidos com esse serviço vinte municípios. Dentre as assessorias oferecidas pelo NEDET, há uma em Gênero com o objetivo de “apoiar atividades de assessoria técnica para articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania”, incluindo: mobilização de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território. A metodologia adotada prima pela sensibilização, mobilização e realização de eventos que envolvam lideranças femininas, buscando promover empoderamento, informando sobre direitos e políticas públicas específicas, a fim de que avaliem a pertinência dessas políticas e planejem formas de melhorar o acesso a elas. Para tanto, foram realizados oito Encontros Municipais e cinco Territoriais. Durante os encontros foram efetuadas setenta e duas entrevistas com as lideranças, tendo para isso o objetivo de avaliar o conhecimento e o acesso a Políticas Públicas do MDA, direcionadas para mulheres rurais. A análise das entrevistas evidencia o pouco conhecimento sobre políticas públicas específicas por parte das lideranças femininas, bem como a dificuldade para acessá-las. Conclui-se que a divulgação é insuficiente, o que torna o acesso difícil às políticas públicas para mulheres no Território.

Palavras-chave: NEDET, CODETAM, Políticas Públicas, gênero, inclusão.

Introdução

A Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM – Território da Cidadania, é composta por 45 instituições do Poder Público e 45 instituições da Sociedade Civil e congrega vinte municípios. Desde sua constituição – ano de 2003, não foram executadas atividades/ações voltadas especificamente para mulheres.

Com a instituição do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, resultado de uma parceria entre o MDA, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e, posteriormente, Universidades.

O NEDET do Agreste Meridional é vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, que em sua equipe conta com uma Assessoria Territorial de Gênero – ATGE, a temática passou a fazer parte das pautas das instâncias e Assembleias/Plenárias Territoriais. As Conselheiras e os Conselheiros Territoriais reconheceram a dívida que o Território tinha com esse seguimento.

O NEDET promoveu, em parceria com a CODETAM e a UFRPE/UAG o 1º Encontro Territorial de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, realizado em 09 de outubro de 2015, com a presença de vinte e cinco lideranças femininas do Território, além de outras convidadas. Depois desse, foram realizados outros quatro Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais, onde lideranças femininas dos vinte municípios que compõem o Território trataram de temáticas relativas às Políticas Públicas Específicas para Mulheres Rurais, buscando formar uma rede de cooperação entre as lideranças femininas dos municípios para informação e acesso as referidas políticas públicas.

A Assessoria, em seu trabalho junto às mulheres rurais do Território, atua em duas vertentes: acesso à informação sobre direitos e orientação sobre a melhoria para o aumento da renda, entendendo que com informação e boa condição financeira, mulheres melhoram sua autoestima e conseguem respeito, legitimidade, empoderamento, oportunidades e segurança.

Desvalorizar o trabalho doméstico e de cuidados sempre foi uma forma de desvalorizar, controlar e oprimir as mulheres. Esse é uma das questões na qual mais precisamos avançar. Uma pesquisa realizada nas cinco regiões do Brasil em 2013, pela organização Plan Internacional, intitulada “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências” denuncia um contexto de gritantes desigualdades de gênero entre meninos e meninas: quando perguntadas sobre o acesso aos direitos, violências sofridas, barreiras, sonhos e superações, a realidade vivida pelas meninas mostra o quanto o pleno desenvolvimento de suas habilidades para a vida está comprometido. No que se refere à responsabilidade pelos afazeres domésticos, identificamos que enquanto 76,8% delas lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 12,5% de seus irmãos contribuem com a lavagem da louça e 11,4% com a limpeza da casa. Os dados mostram ainda que uma menina em cada cinco conhece outra que já sofreu violência, além de 13,7% das meninas de 6 a 14 anos trabalharem ou já terem trabalhado fora de casa (CONTAG, 2015).

A tomada de consciência das mulheres, através dos vários momentos formativos, sobre seus direitos e sobre oportunidades para se afirmarem politicamente, inicia-se um movimento coletivo de

libertação que está resultando em um questionamento direto e insistente sobre os mecanismos históricos de exclusão. Esse movimento se dá de forma ampla e dialética, pois se inicia numa revisão do seu lugar de mulher no mundo, envolvendo a família e se expande até certo ponto de forma conflituosa entre razão e afeto, ganhando concretude na forma de políticas públicas que servem de apoio e amparo ao processo de transformação.

Segundo Benevento e Santana (2013), “a mulher deve ser considerada uma parceira nas questões tanto sociais quanto profissionais”. É com essa visão que o trabalho está sendo construído, valorizando a mulher enquanto protagonista dessa rede de conhecimento e de inserção econômica, buscando contribuir para o seu desenvolvimento a partir da estratégia territorial.

Para atuar com a conscientização das pessoas, a fim de libertá-las das relações injustas estabelecidas pela cultura que pratica a dominação de um grupo sobre outro, buscamos a libertação, fundamentada por Paulo Freire (1921-1997), como essencial para ajudar no entendimento dos mecanismos da opressão institucionalizada. A pedagogia sugere que a educação envolva processos que levem à ampliação da consciência e a aquisição da autonomia, assegurando ao dominador e ao dominado libertarem-se de relações verticalizadas/injustas, e que esse processo seja iniciado pelo oprimido (OLIVEIRA, 2009), nesse caso, a mulher.

Com a conquista dos direitos trabalhistas, os movimentos autônomos de mulheres rurais se retraíram um pouco. Novas bandeiras foram sendo levantadas aos poucos. Porém, educação e saúde sempre foram problemas de mulheres. São as mães que se preocupam com o material escolar, com o transporte das crianças e adolescentes da propriedade até a escola e com os uniformes. São elas, também, que se preocupam com a saúde porque cuidam das crianças, idosos e doentes. A organização fluida dos movimentos autônomos faz com que, quando se marcam reuniões periódicas para discussões, poucas agricultoras compareçam. Mas, se a proposta é reivindicar mais escolas, transporte escolar, postos de saúde ou algo relacionado à saúde e educação, as mulheres lotam as ruas, fazem passeatas e pressionam os prefeitos. A intensidade da mobilização, muitas vezes, surpreende militantes e autoridades. Segundo as próprias mulheres, depois que “aprenderam a sair de casa”, não aceitam mais ficar passivamente entre quatro paredes, mesmo que não militem o tempo todo. Por isso, o movimento “ressurge de repente”, como disse uma moradora de um dos municípios catarinenses (PAULINO e BONI, 2017)

Depois de um primeiro impulso, a realidade começa a se transformar. Direitos são assegurados em lei, o discurso se atualiza e se faz em frases mobilizadoras. Observa-se então uma acomodação e uma espera pelos frutos da conquista. Esse recolhimento faz com que várias dessas conquistas sofram retrocessos e a reprodução, fortemente arraigada, da desigualdade e da injustiça

voltam a predominar e as meninas continuam a ser tratadas como inferiores e com obrigações mais pesadas que os meninos no papel de reprodutora da força de trabalho.

Com o objetivo de apoiar através das atividades de assessoria técnica a articulação e promoção da participação de mulheres rurais no Colegiado Territorial, foram realizadas mobilizações de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território; orientação para a organização institucional das mulheres; e fomento à criação de instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconhece a importante contribuição das mulheres do campo, das florestas e das águas para a produção de alimentos saudáveis, para a segurança e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário do país. Para isto, o MDA, por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), articulada com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e os demais ministérios e instâncias governamentais, tem implementado e ampliado políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia, em suas diferentes condições etárias. São políticas que garantem os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais (MDA, 2015).

Um passo importante já foi dado quando o Governo, através de um Ministério, reconheceu o papel da mulher como protagonista importante para o desenvolvimento regional, cujo papel é considerado como estando em primeiro plano. Antes, o homem, como chefe da família, tinha todo o patrimônio em seu nome e a ele cabia tomar as decisões sobre a produção, e à mulher, em papel secundário e subalterno. Essa realidade mudou, titulações de terras saem em nome das mulheres e estas passam a estar nesse sentido, em igualdade de condições em quaisquer circunstâncias social e jurídica.

Metodologia

Foi elaborado um planejamento de ações, seguindo o descrito no projeto inicial do NEDET encaminhado ao CNPq e acrescido de informações repassadas pelo MDA em uma capacitação específica para as Assessorias de Gênero.

Durante a realização dos Encontros Territoriais e Municipais de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, foi feito, junto às instituições locais um levantamento das lideranças femininas que atuavam no Território, sendo o levantamento iniciado junto à Diretoria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR dos municípios que compõem o Território. Visto que essa Federação e seus Sindicatos têm um trabalho consolidado com mulheres rurais no estado de Pernambuco.

A base para a mobilização consistiu em ligações telefônicas, para informar sobre o trabalho a ser executado e explicar a pretensão da realização do 1º Encontro Territorial de Mulheres, solicitando um endereço eletrônico (e-mail) para enviar convite formal. Na antevéspera do evento, foram realizados contatos por Short Message Service – SMS (Serviço de Mensagens Curtas). Foi constatado que das três formas de contatos – telefônicos, por e-mails e SMS -, a última surtiu um melhor efeito, pois quase todas as mulheres contatadas tinham celulares. Vejamos: contatos telefônicos – muitas lideranças residem e trabalham no meio rural, por vezes a cobertura de área de sinal de celular não é boa; contatos por e-mail – várias lideranças não possuem endereço eletrônico ou não o abrem com regularidade; quanto aos contatos por SMS, os aparelhos celulares acusam assim que se conectam com um sinal da antena de celulares.

Como pauta de todos os Encontros, adotamos, além de temas programados, a franquia para o acréscimo de assuntos trazidos pelas lideranças. Em todos os Encontros solicitamos que as convidadas respondessem a entrevistas sobre informações pessoais, experiências de trabalhos com mulheres, outras experiências de trabalhos, conhecimento sobre políticas públicas voltadas para mulheres rurais – executadas pelo MDA: Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA); Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Programa Terra Forte (INCRA); Programa Terra Sol (INCRA); Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF); Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher) e Assistência Técnica e Extensão Rural

específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher); e expectativas com relação ao trabalho que se iniciava. As informações obtidas nessas entrevistas servem de base tanto para o planejamento das próximas ações como para produção científica.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em 2003, instituiu uma inovação no modelo de gestão das políticas para as mulheres ao adotar a transversalidade como princípio. Com efeito, a coordenação das políticas para as mulheres, executadas nas diversas pastas, é sua missão institucional. A transversalidade decorre do reconhecimento de que as desigualdades entre mulheres e homens conformam desafios a serem enfrentados de forma transdisciplinar e intersetorial, demandando um árduo trabalho de articulação e de construção de consensos para a promoção dos direitos das mulheres. Nesse sentido o acesso à igualdade de direitos e o pleno exercício da cidadania das mulheres requer ações do Estado brasileiro e políticas públicas nos campos da educação, saúde, desenvolvimento social, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, autonomia econômica, previdência social, entre outros (BRASIL, 2014).

Resultados e Discussões

Como resultados alcançados:

1) Identificação das lideranças femininas do Território; 2) Sensibilização/mobilização das mulheres; 3) Realização de cinco Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais de lideranças femininas; 4) Mulheres sensibilizadas e interessadas em adequar suas organizações institucionais para acessarem as seguintes Políticas Públicas: Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA); Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Programa Terra Forte (INCRA); Programa Terra Sol (INCRA); Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF); Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher) e Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher).

Nesse relato de experiência abordamos o quesito relativo ao conhecimento das mulheres, de quatro municípios, em relação às diversas políticas públicas disponibilizadas pelo MDA.

Tabela 1 - Distribuição de percentual de respostas a questões fechadas, apresentadas por setenta e duas lideranças femininas rurais dos municípios de Águas Belas, Angelim, Bom Conselho e Itaíba a respeito do conhecimento e acesso a dez políticas públicas voltadas para mulheres rurais, executadas pelo MDA, durante os encontros municipais realizados pela Assessoria de Gênero do NEDET Agreste Meridional/PE - 2016.

Nº Políticas Públicas	Perguntas	%
1 Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA)	Não Respondeu*	61,11%
	Conhece	16,67%
	Não Conhece	20,83%
	Acessou	2,78%
	Não acessou	30,56%
2 Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais	Não Respondeu*	56,94%
	Conhece	22,22%
	Não Conhece	19,44%
	Acessou	6,94%
	Não acessou	29,17%
3 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	Não Respondeu*	56,94%
	Conhece	19,44%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	8,33%
	Não acessou	26,39%
4 Programa Terra Forte (INCRA)	Não Respondeu*	68,06%
	Conhece	5,56%
	Não Conhece	25,00%
	Acessou	0,00%
	Não acessou	22,22%
5 Programa Terra Sol (INCRA)	Não Respondeu*	68,06%
	Conhece	5,56%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	2,78%
	Não acessou	22,22%
6 Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF)	Não Respondeu*	62,50%
	Conhece	13,89%
	Não Conhece	22,22%
	Acessou	8,33%
	Não acessou	25,00%

7 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Não Respondeu*	31,94%
	Conhece	52,78%
	Não Conhece	13,89%
	Acessou	30,56%
	Não acessou	33,33%
8 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF)	Não Respondeu*	38,89%
	Conhece	43,06%
	Não Conhece	16,67%
	Acessou	18,06%
	Não acessou	36,11%
9 Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher)	Não Respondeu*	52,78%
	Conhece	30,56%
	Não Conhece	15,28%
	Acessou	12,50%
	Não acessou	25,00%
10 Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher)	Não Respondeu*	40,28%
	Conhece	43,06%
	Não Conhece	15,28%
	Acessou	15,28%
	Não acessou	38,89%

* “Não Respondeu” equivale também à falta de conhecimento que essas lideranças rurais entrevistadas têm sobre as Políticas Públicas para Mulheres Rurais executadas pelo MDA.

Obs.: Em algumas respostas as entrevistadas optaram por marcar duas opções, pó exemplo: “conhece” / ”não acessou”.

Conclusão

Assim, considera-se que, em se tratando das diversas políticas públicas para as mulheres rurais, umas são mais conhecidas que outras, mas todas ainda bastante desconhecidas e a maioria ainda não são acessadas pelas potenciais beneficiárias. Considera-se também que a mobilização para a conquista das políticas públicas é bastante eficiente e chega-se a efetivar legislação específica. Já a organização e forças empenhadas para que se cumpra a legislação que garante o direito conquistado não tem sido capazes de assegurar seu cumprimento de forma efetiva. Portanto, faz-se urgente divulgar e facilitar o acesso às políticas e, entender que a busca por esses serviços, representa um meio agregador das mulheres que precisam e desejam ser atendidas.

Referências

BENEVETO, C. T.; SANTANA, V. C. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** Revista Digital Buenos Aires, ano 17, nº 176, Enero, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.** 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Abril, 2014.

CONTAG. Marcha das margaridas. **Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade** – Caderno de textos para estudos e debates. Brasília: CONTAG, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MDA. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil.** Brasília, 2015.

OLIVEIRA, J. B. de; et. al.. **Tramelas, janelas e horizontes: metodologia de inclusão de jovens via empreendedorismo solidário.** Fortaleza, Obra Kolping do Brasil, 2009.

PAULINO, M. I. S.; BONI, V. Movimento de mulheres agricultoras e ecologia. In. Delgado, G. C. e Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.